



REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO
E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Exma. Senhora
Dra. Catarina Gamboa
Chefe do Gabinete de S. Exa. o
Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares

Assunto: Pergunta nº 1962/XIV/2.^a, de 30 de abril de 2021

Para Catarina,

Encarrega-me o Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de, em resposta à pergunta parlamentar em epígrafe, levar ao conhecimento de V. Exa. os seguintes esclarecimentos:

De acordo com as informações que temos vindo a apurar, após uma fase de guerrilha e expansão geográfica da insurgência, o conflito vem sendo caracterizado por uma maior intensidade e sofisticação tática dos insurgentes desde março de 2020 – data do segundo ataque a Mocímboa da Praia e início de uma sucessão de ofensivas a capitais distritais. Não obstante o período de relativa acalmia no início de 2021, a coincidir com a época das chuvas, a situação voltou a deteriorar-se consideravelmente no final de março último, com o ataque dos terroristas à vila de Palma – muito próxima das instalações da TOTAL na península de Afungi.

De acordo com as informações de que o Governo português dispõe, corroboradas pelos múltiplos relatos da comunicação social e declarações dos próprios grupos terroristas em Cabo Delgado, existem suspeitas fundadas de que os militantes do chamado “Al Shabaab” moçambicano se encontram ligados à rede terrorista do DAESH ou “Estado Islâmico – África Central”.

Esta ligação foi tornada pública a 4 de junho de 2019, quando a filial DAESH baseada na República Democrática do Congo emitiu pela primeira vez um comunicado reivindicando um ataque contra as Forças Armadas moçambicanas (FADM) em Cabo Delgado, na zona de Mocímboa da Praia. Desde então, o DAESH assumiu uma crescente preponderância, com várias declarações a coincidirem com grandes ofensivas no terreno, inclusive no último ataque a Palma. Não é, todavia, claro o nível de integração dos grupos armados moçambicanos na estrutura terrorista do DAESH.

O Governo português não possui informação que permita avaliar se a exploração de combustíveis fósseis está na origem do conflito em Cabo Delgado. À semelhança de outras geografias, as origens são variadas e não mutuamente exclusivas. A situação socioeconómica naquela província, uma das mais pobres de Moçambique, o recrutamento forçado, que se tem tornado cada vez mais preponderante, a persistência de atividades ilícitas ou ainda alguma animosidade interétnica local, poderão constituir algumas das causas de fundo do conflito.

Portugal tem envidado esforços com vista a contribuir para o desenvolvimento socioeconómico de Cabo Delgado, em coordenação estreita com a União Europeia e



REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO
E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

as Nações Unidas. Nessa linha, a Cooperação Portuguesa tem priorizado a Educação e criação de emprego como eixos temáticos transversais. Refira-se neste quadro o projeto de Cooperação da Delegação da UE intitulado "+Emprego", orçado em 4.2 MEUR, que será implementado por Portugal através do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (Camões, I.P.). Este projeto tem como objetivo a expansão do Ensino Técnico Profissional às comunidades locais em setores de atividade conexos à indústria de gás natural baseada na província.

Com esta iniciativa, e o seu eventual aprofundamento tanto no quadro bilateral como no quadro da União Europeia, o Governo português espera avançar com um contributo substantivo na luta contra a exclusão socioeconómica e desemprego juvenil no Norte de Moçambique, promovendo o emprego local, a diversificação económica e o crescimento inclusivo e sustentável.

Do ponto de vista das necessidades no domínio humanitário, o Governo português e a Embaixada em Maputo têm mantido um estreito contacto com as Nações Unidas, bem como com as autoridades moçambicanas e a União Europeia. Portugal tem mobilizado recursos financeiros significativos, quer em termos bilaterais, quer numa perspetiva multilateral. Assim, efetuou contribuições extraordinárias para as Nações Unidas (OCHA e ACNUR), no valor global de 90 mil euros, e para o Comité Internacional da Cruz Vermelha (100 mil euros) em resposta ao apelo internacional lançado no final de 2020 destinado a apoiar a população afetada pelo conflito no norte do país. As Nações Unidas alocaram 7M€ do Fundo Central de Resposta de Emergência (CERF) para apoio a esta crise, para o qual Portugal contribui desde a sua criação.

O Camões, I.P. concedeu ainda, no final do ano de 2020, uma contribuição financeira de 10 mil euros à diocese de Pemba para apoio a cerca de 300 famílias deslocadas (cerca 1800 pessoas) na região norte de Cabo Delgado, proporcionando uma resposta de emergência em termos de segurança alimentar que garanta a sobrevivência e dignidade destas famílias.

Ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros nº 65/2015, de 27 de agosto, que aprova a Estratégia Operacional de Ação Humanitária e de Emergência, foi criado o Instrumento de Resposta Rápida para financiamento de ações de emergência. Face ao agravar da situação na província de Cabo Delgado, foi decidido, no mês de abril, ativar este mecanismo, disponibilizando 250 mil euros para operacionalização de intervenções de ONGD nessa região. Das 5 candidaturas recebidas de 5 ONGD parceiras deste Instrumento, foram selecionados os projetos da Associação Helpo e da Oikos – Cooperação e Desenvolvimento, ambos para a Província de Cabo Delgado, iniciados em maio, com a duração de 3 meses. O primeiro deles tem por principal objetivo aumentar a segurança alimentar das famílias deslocadas com grávidas e crianças a cargo, no bairro de Mahate (Pemba), pela distribuição de mais de 2 mil kits sobrevivência e prestação de rastreios nutricionais a mulheres grávidas e lactantes, crianças e jovens. O segundo, por sua vez, visa garantir o acesso das pessoas deslocadas pelo conflito em Palma a bens essenciais de primeira necessidade, para retoma das rotinas de higiene e preparação de alimentos, nos centros de acolhimento temporário e nas famílias de acolhimento, instalados no distrito de Montepuez.



REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO
E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Além destes apoios, face ao evoluir da situação, poderá ser avaliado o reforço destas linhas de atuação na ajuda às populações deslocadas daquela região, nomeadamente na modalidade bilateral ou multilateral, de apoio a intervenções que estejam em conformidade com o respeito pelos Princípios Humanitários, pelo acesso adequado do pessoal humanitário às populações beneficiárias e correspondam às principais necessidades daqueles que se encontram em situação de maior vulnerabilidade.

Esta questão é prioritária para a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia no âmbito do grupo de trabalho do Conselho da União Europeia para assuntos humanitários (COHAFA). A situação no norte de Moçambique faz parte da agenda de trabalho do Grupo, com vista a reforçar o apoio e intervenção da União Europeia e dos Estados membros na resposta adequada às necessidades humanitárias, tendo já contado também com a participação da OIM, que tem desempenhado um papel relevante no apoio aos deslocados internos e mantém uma presença importante no norte do país.

A União Europeia é um parceiro incontornável nos esforços conjuntos de promoção do desenvolvimento, prosperidade e paz em Moçambique. A título de exemplo, a União Europeia atribuiu a Moçambique um envelope financeiro de 734 MEUR no âmbito do 11.º Fundo Europeu de Desenvolvimento (2014-2020). Refira-se, ainda, a mobilização de 7,9 MEUR para auxílio humanitário, anunciado no passado dia 9 de abril. Em linha com essa relação estreita de cooperação, a Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique, Verónica Macamo solicitou por carta, a 16 de setembro de 2020, o apoio da União Europeia em Cabo Delgado nas vertentes humanitária, de desenvolvimento e de segurança.

Ao longo dos últimos anos, e também atualmente, no decurso da sua Presidência do Conselho da União Europeia, Portugal tem procurado mobilizar a União Europeia e os seus Estados-membros para que seja materializada de forma expedita uma resposta holística e abrangente à crise na província de Cabo Delgado. Das várias ações empreendidas, destaca-se a visita do Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros a Moçambique em nome do Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança (AR/VP), Josep Borrell, em janeiro último. Nesta deslocação, o Senhor Ministro encontrou-se com as autoridades moçambicanas e um elenco alargado de parceiros sociais, setor privado e membros da sociedade civil. Na sequência da mesma, as instituições europeias elaboraram um relatório – *Political Framework for Crisis Approach* (PFCA), que propõe um conjunto de ações de acordo com a abordagem do triplo-nexo (segurança, desenvolvimento, humanitário), incluindo a possibilidade de lançar uma Missão no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD).

Portugal tem vindo a defender de forma consistente o lançamento de uma missão de treino militar da União Europeia (EUTM) destinada às Forças Armadas moçambicanas. A preparação da EUTM está agora em curso, tendo a União Europeia feito deslocar a Moçambique equipas técnicas para iniciar o seu planeamento, em conjunto com as Autoridades moçambicanas, no final do corrente mês de maio. Entretanto, uma das ações de cooperação com Moçambique que já está no terreno é a missão de formação e capacitação das Forças Armadas e de Defesa de Moçambique por parte das Forças Armadas Portuguesas, nas áreas que o Estado moçambicano definiu como relevantes.



REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO
E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Finalmente, e no seguimento da solicitação do AR/VP Borrell à Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, o Senhor Ministro de Estado e Negócios Estrangeiros representará a União Europeia na Reunião Ministerial UE-SADC, que terá lugar a 16 de junho em formato virtual. Vemos esta Ministerial como uma oportunidade de diálogo muito importante, na qual poderemos debater a nossa cooperação regional de forma mais aprofundada nos variados planos, incluindo no domínio da Paz e Segurança. Portugal e a União Europeia veem muito positivamente um maior envolvimento da SADC no apoio a Moçambique, assegurando complementaridade com as iniciativas da União Europeia e de outros parceiros.

Com os melhores cumprimentos, *pe ssoar*

A Chefe do Gabinete

Indira Noronha

Indira Noronha

BJ/RR